

# ANUÁRIO 2020



**QUARTA PARTE  
CAMPO E FLORESTA  
EDUCAÇÃO  
SINDICAL**

*Diante do fracasso das outras concepções de socialismo, o anarquismo pode, hoje, diante da história, reivindicar seu direito de desenvolver seu modelo na sociedade. É claro que isso só pode ser feito dentro da história, mas não do poder vigente, que deve ser derrotado, já que ele não cairá por conta própria. Em nossa concepção, esse poder deve ser combatido a sangue e fogo.*

*Juan Carlos Mechoso, Federação Anarquista Uruguaia (fAu)*

2020 foi um ano de muita luta, mas ainda mais desafiador. A pandemia da Covid-19 atingiu em cheio nosso povo país afora, e impactou profundamente a realidade de todas e todos, em especial os de baixo, as pessoas na base da pirâmide social. O ano se encerra com quase 200 mil pessoas mortas pela doença (sabemos que os números reais são ainda mais altos), além de milhões afetadas pelo desemprego, pelo aumento da pobreza e da fome, e pelas diversas formas de violência do Estado.

Como militantes revolucionários anarquistas, não estivemos alheios a tudo isso, e desde o início nos mobilizamos nos locais de trabalho, estudo e moradia, nas quebradas das cidades lutando por Vida Digna, em mutirões de solidariedade, em manifestações exigindo políticas públicas ou denunciando a violência policial, pelo direito ao isolamento com condições dignas, e também no enfrentamento à extrema-direita nas ruas.

Um pouco da nossa luta e de nossa postura política em 2020 estão nesta cartilha, que resgata as notas da CAB divulgadas durante o ano. São mais de 50 textos que representam tanto posições imediatas frente à conjuntura, como o amadurecimento de reflexões

teóricas e políticas que fazemos há alguns anos. **Questões sobre a luta sindical, o antirracismo, o feminismo e as pautas LGBTQI+, a questão agrária e a resistência indígena, entre outras, estão materializadas nesse compilado de um ano de lutas.** Os textos também mostram o avanço de nosso internacionalismo, por meio da Coordenação Anarquista Latino-Americana, e por uma rede internacional de organizações anarquistas, localizadas nos 5 continentes.

**São oito anos desde o congresso que fundou a Coordenação Anarquista Brasileira, e podemos dizer que, apesar das dificuldades, seguimos na reconstrução do anarquismo militante no país, fortalecendo as lutas do nosso povo, ao mesmo tempo em que trabalhamos na coordenação dos trabalhos entre as organizações e as frentes de luta.** Com humildade e passos de acordo com nossas pernas, caminhamos ombro a ombro com as classes oprimidas na destruição desse sistema e na construção de uma nova sociedade!

Boa leitura!

## 8 anos de fundação Coordenação Anarquista Brasileira

Nos dias 08, 09 e 10 de Junho de 2012 realizávamos o congresso fundacional da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Após anos de articulação entre grupos e organizações anarquistas no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), **decidimos que era o momento de avançar no nosso projeto de construção de uma Organização Anarquista Especifista em todo o território brasileiro.**



[cabanarquista.org](http://cabanarquista.org)



A coordenação entre Organizações de diferentes regiões do país, **construindo unidade ideológica, teórica e estratégica**, foi o ponto de chegada e ao mesmo tempo de partida que encontramos para continuar nessa empreitada nada fácil que é a de enraizar o anarquismo enquanto ferramenta de luta e organização no meio da nossa gente, das classes oprimidas.

Coordenar nossa inserção a nível nacional em diferentes

frentes e lutas sociais, desenvolver nossa propaganda e luta ideológica, manter em dia uma leitura coletiva sobre as conjunturas e as correlações de forças para melhor nos posicionarmos enquanto minoria ativa e motor das lutas e organização do nosso povo. São alguns dos desafios a que nos propomos desde então.

Há muito chão para caminhar e muita coisa pra fazer.

E caminhamos convictos que só a auto-organização e autonomia das classes oprimidas pode criar um povo forte que destrua o sistema capitalista e construa novas relações e maneiras de organizar o funcionamento da sociedade.

# CAB | 8 ANOS DE ANARQUISMO ESPECIFISTA! LUTAR. CRIAR! PODER POPULAR!

**Leia os documentos aprovados em nosso Congresso de fundação e conheça um pouco mais sobre nossa Coordenação:**

<http://cabanarquista.org/2014/05/15/congresso-da-cab-brasi>

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/06/13/08-anos-de-cab/>

# **CAMPO E FLORESTA**

- **Bolsonaro racista, antipovo e antiambiental: organizar a luta e a resistência contra o governo racista, antipovo e antiambiental de Bolsonaro;**
- **Estado e capitalismo têm fome, o povo é o devorado;**
- **Terra para quem nela vive e produz: contra a violência do capital e do latifúndio;**
- **Pelo direito à terra dos povos originários! Marco Temporal é genocídio!**

# **EDUCAÇÃO**

- **A luta estudantil anarquista frente à pandemia;**
- **Dia das professoras e professores: a melhor homenagem é a luta.**

# **SINDICAL**

- **A granada no bolso dos servidores públicos: a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro;**
- **[Opinião Anarquista] 1º de Maio: tomar as fortunas por uma vida digna;**
- **O lucro dos ricos nos adoece;**
- **Solidariedade e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras informais.**

# ORGANIZAR A LUTA E A RESISTÊNCIA contra o governo racista, antipovo e antiambiental de Bolsonaro

A degradação do meio ambiente no Brasil faz lucrar fazendeiros, madeireiros e empresários. Desde o monumental episódio do “Dia do fogo”, ocorrido em agosto de 2019, Bolsonaro e seu ministro falsificador de mapas Ricardo Salles, vêm efetivando um projeto político que visa à queimada da floresta amazônica como primeiro passo para grilagem de terras e a invasão de terras indígenas (TI). Uma ameaça aos povos originários, camponeses e quilombolas. Essas ações contribuem para o aumento dos assassinatos no campo brasileiro, para a concentração de renda, miséria e demais tipos de humilhações para os povos da floresta e dos rios.

Hoje, **a política ambiental traçada pelo governo Bolsonaro é, de fato, destruidora para todos os biomas brasileiros, desde a Amazônia passando pelo Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e o Pampa.** A recente fala do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, comprova que esse governo quer a desregulamentação de todos os

**GOVERNO BOLSONARO:  
RACISTA, ANTIPOVO  
E ANTIAMBIENTAL**



[cabanarquista.org](http://cabanarquista.org)



direitos e garantias ambientais conquistadas a duras penas em décadas de resistência e lutas travadas por parte da sociedade que foi expulsa de suas terras e espremida em zonas específicas. Povos sangrados pelos grandes projetos do passado (a exemplo da transamazônica, construída no período do governo militar) e por projetos recentes, como os de construção de usinas hidrelétricas (que segundo o Plano Decenal de Energia – PDE 2023 – entre 2011 e 2023 deverão entrar em

operação 20 novas usinas hidrelétricas na Amazônia) ou o “novíssimo” e esdruxulo agronegócio que envenena nossa comida com o uso de agrotóxicos.

Na fala de Ricardo Salles, em reunião ministerial difundida nos telejornais, percebemos a pilantragem: **aproveitar a crise da saúde provocada pelo coronavírus para “passar a boiada”.** Sua fala expressa o sentimento da bancada do boi no congresso, que tem como principal objetivo a implantação das leis e normas de desregulamentação dos dispositivos que salvaguardam o meio ambiente e todos os povos e populações que nele vivem.

Um exemplo desta política de desregulamentação ambiental é a Medida Provisória (MP) 910 que pretendia isentar crimes de invasão de terras públicas praticadas até 2018, ampliando os conflitos nas áreas das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, camponesas, sem-terra, ribeirinhos e extrativistas. Esta medida provisória não foi aprovada. Em seu lugar estão tentando implantar um Projeto de Lei (PL 2366) que amplia a anistia de quem invadiu terras públicas que eram florestas, ampliando o prazo da ocupação (de 2004 para 2011) e o tamanho das propriedades (aumento de 50%). Ou seja, quem promove os conflitos agrários no Brasil serão beneficiados por essa política antiambiental e antipovo.

Não é à toa que, durante a pandemia, está acontecendo o maior desmatamento da floresta amazônica. São aproximadamente 52 mil hectares de floresta derrubada, um aumento de

171% em relação ao mesmo período do ano passado. Esses números coincidem com os alertas de desmatamento que também cresceram 63% em abril deste ano. Foram emitidos alertas para 40 mil hectares, enquanto no ano passado, no mesmo período, foram 24 mil hectares. Muitas vezes o desmatamento é o estopim da disputa de terra, não só na Amazônia, também em todos os biomas brasileiros. Essa é uma das formas de intimidação de lideranças que lutam contra o desmatamento, bem como uma maneira de expulsar famílias que ali residem para dar outra destinação ao uso e ocupação da terra.

Outro aspecto da lógica antiambiental e assassina desse governo é o fomento dos conflitos no campo brasileiro. Lugar onde a disputa por terras e territórios se relaciona com outras lutas, por exemplo: as disputas por água e conflitos trabalhistas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) estimou que em 2019 ocorreram 1.833 conflitos no campo brasileiro, registrando 32 assassinatos. Desse elevado número de conflitos, a mineração é a atividade onde há maiores taxas, sendo a responsável por 39% dos casos. O exemplo de maior expressão, pela magnitude de destruição ambiental e pelas mortes, foi o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, da mineradora VALE, no município de Brumadinho, em Minas Gerais, que matou 254 pessoas e deixou 16 desaparecidos. Crime que segue impune. Já as hidrelétricas estão associadas a 11% dos casos e o setor empresarial do agronegócio e o Estado completam esse sombrio cenário correspondendo a 36% e 7% dos conflitos agrários em todo país, respectivamente.

Portanto, o genocídio executado pelo Estado e por esse governo racista sobre os povos originários se intensificou durante a pandemia. O número de mortes pelo coronavírus vem aumentando e já chega à marca de 70 óbitos, tendo 1.737 casos confirmados de COVID-19. A contaminação dos povos indígenas pelo coronavírus tem na invasão de suas terras, historicamente ocupadas pelas atividades de garimpo e extração de madeira, sua principal causa.

Imaginava-se que nessa crise do coronavírus diminuiriam as ofensivas contra suas terras, mas o que se observa é justamente o contrário. Foram mais de 35 mil hectares de terras indígenas desmatadas apenas na Amazônia. As Terras Indígenas (TI) são as áreas com maior preservação de biodiversidade e é por isso que a retomada das demarcações de TI é necessária. Povos, como os Munduruku e os Ka'apor, têm feito autodemarcação e autodefesa de seus territórios. Essa ação direta tem duas consequências importantes: a primeira é a garantia da reprodução física e sociocultural desses povos; a segunda é parar o desmatamento e ajudar a regulação do clima, pois quanto mais área de floresta preservada melhor será a regulação no regime de chuvas e circulação de nuvens que não só beneficiam a região amazônica, mas, também para outras regiões e biomas do país.

É por isso que precisamos romper com o paradigma da sociedade destruidora de natureza e com esse padrão liberal desenvolvimentista que pressupõe a dominação do ser humano sobre a natureza. Precisamos romper com essa lógica e intervir para mudar esse

cenário. O Bem viver, na cosmologia dos povos indígenas, mostra que não pode ser a lógica do lucro e da mercadoria os elementos principais de nossas relações sociais, e sim o horizonte da dignidade da vida humana, o da diversidade cultural, ecológica e política de base coletiva em harmonia com a biodiversidade.

Frente a derrubada e a queima das florestas; a contaminação massiva pelos agrotóxicos; aos conflitos territoriais no campo; a insalubridade das condições habitacionais e sanitárias das populosas cidades; ao cultivo cumulativo e sistemático da violência contra os povos originários; a contaminação das águas e a morte de córregos, rios, arroios e igarapés; e a perda da biodiversidade: organizar a luta e a resistência contra a desregulamentação ambiental promovida por esse governo Bolsonaro que é racista, antiambiental e antipovo.

**Contra o PL 2366!  
A favor da autodemarcação!!!**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/06/09/bolsonaro-racista-antipovo-e-antiambiental/>



**Tharcus A.**

# ESTADO & CAPITALISMO TÊM FOME, O POVO É O DEVORADO



CABANARQUISTA.ORG

Recentemente vivenciamos a questão do aumento do preço do arroz, feijão, óleo de soja, cebola. Os últimos dados sobre a inflação, divulgados pelo IBGE, confirmam o aumento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fato que o povo já vinha sentindo na pele através do aumento do custo de vida caro<sup>1</sup>. Uma crise inflacionária que atinge os três principais produtos da base da alimentação do povo: o feijão aumentou 30%, o leite 20% e o arroz 20% em média nas cidades. Consequentemente, a cesta básica teve um aumento variando entre 15% e 20% nas capitais.



A alta do preço dos alimentos é muito grave na atual conjuntura do nosso país. Em recessão econômica, com a queda de 9,7% do PIB no segundo trimestre, crise da pandemia de Covid-19 e alto índice de desemprego. Estamos em um país onde 65 milhões de pessoas entraram com pedido e receberam o "auxílio" de 600 reais e outros milhares que ainda aguardam. Seguindo a cartilha liberal, o governo Bolsonaro, num cinismo cruel, diz que a redução do "auxílio" para 300 reais vai ajudar a segurar a alta dos preços dos alimentos em um "movimento natural". Ou seja, o "natural" é o povo

pagar a conta da crise do capital e morrer de fome.

No quadro em que estamos vivendo, podemos identificar causas econômicas e imediatas, mas há também causas estruturais e ambas relacionadas às políticas dos poderosos que dominam e pautam historicamente nosso país.

## A fome é lucrativa

Há um processo de especulação sobre os preços por conta do monopólio do controle dos estoques de alimentos e de mercado. Tudo isso vinculado à lógica do modelo produtivo do agronegócio, que transforma os alimentos em *commodities*, mais uma mercadoria especulável. O leite, por exemplo, tem seu preço controlado por empresas que têm o oligopólio do mercado nacional, como a Nestlé, Parmalat, Danone e outras.

Em nível global, produtos como trigo, milho, soja, óleo de palma, açúcar e arroz são as principais matérias-primas agrícolas comercializadas. E vai ser a situação do mercado, a qualidade e o preço que determinam se essas *commodities* são vendidas como alimentos, agrocombustíveis ou ração para animais<sup>2</sup>.

No mundo, quatro grandes empresas dominam a importação e a exportação de *commodities* agrícolas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Conhecidas como "grupo ABCD". Elas comercializam, transportam e processam diversas *commodities*. Possuem navios oceânicos, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas, e

representam 70% do mercado mundial de *commodities* agrícolas<sup>3</sup>. Ou seja, o lucrativo comércio em si destes produtos já movimentava milhões de dólares em operações de mercado, de logística etc. Sem falar que algumas destas empresas também estão envolvidas com a produção de pacotes de sementes transgênicas, venenos e maquinário agrícola.

A especulação tem desempenhado um papel relevante no aumento da demanda por produtos de investimento relacionados à agricultura e às terras agrícolas. No mercado de futuros de trigo dos EUA, por exemplo, estima-se que os especuladores financeiros representam cerca de 70%. São centenas as empresas de fundos de investimento ligados à agricultura, controlando bilhões de dólares de ativos como futuros de *commodities*, terras agrícolas, empresas de insumos agrícolas, além de frigoríficos e traders (profissionais que ganham dinheiro com operações de curto prazo, como ações e contratos de futuro). Ou mesmo empresas do agronegócio que têm seus próprios braços de investimento financeiro. Suas decisões sobre armazenar ou vender um produto podem influenciar os preços e, desse modo, elas podem se beneficiar enormemente dos novos mercados financeiros. Essa financeirização, com o influxo de investidores de capital (que muitas vezes têm outra origem, como fundos de pensão), também contribuiu para uma onda de aquisições de terras, em que acionistas podem investir na produção agrícola sem ter que comprar *commodities* ou terra<sup>4</sup>.

Voltando ao Brasil, essa lógica do mercado financeiro vai ser tocada

pelas políticas ultraliberais de Guedes e Bolsonaro, como por exemplo com a desestruturação dos estoques estratégicos de alimentos. **Desde 2015, no segundo governo Dilma, há um processo de desmonte dos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).** Em 2019, o governo Bolsonaro fechou 27 armazéns da Conab, com o argumento de que o Estado não pode arcar com custos de R\$ 10 milhões ao ano e que os armazéns não geram lucro. Mas a finalidade dos armazéns da Conab não é lucrar, mas estocar alimentos que garantam minimamente que o país não fique totalmente entregue às especulações e flutuações de mercado como estamos vendo agora<sup>5</sup>. Sabendo que as políticas para a Conab estão muito distantes de beneficiar os pequenos agricultores e garantir acesso à comida para o povo.

Os alimentos armazenados também podem ser vendidos com valores reduzidos para controlar o avanço da inflação. Na década de 1980, havia mais de cinco milhões de toneladas de arroz nos armazéns da Companhia, sofrendo oscilações até se esgotarem de 2012 para cá: hoje restam cerca de 21 mil toneladas, menos de 0,2% da demanda anual interna brasileira, de 10,8 milhões de toneladas<sup>6</sup>.

Dessa forma, **o agronegócio é a forma que o ultraliberalismo opera no campo e nas florestas, com apoio da Rede Globo ao reproduzir a mentira de que o "Agro" produz alimentos, quando na verdade só produz especulação financeira e lucro**, fazendo o povo passar fome.

## **A questão fundiária é central**

O Brasil traz em sua formação histórica e estrutural elementos como a colonialidade, a escravidão do povo negro, o genocídio das nações indígenas, como chagas que permanecem abertas no povo e nunca cicatrizam.

**E se falamos em produção de alimentos temos que olhar para a brutal concentração de terras no país, em sua maioria ociosas, para a especulação ou voltadas para a produção de *commodities*.** No Brasil, 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais e 45% da área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares (0.91% do total de imóveis rurais). O país possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional<sup>7</sup>.

Nessa concentração de terras, a produção não é de alimentos, mas de *commodities* para exportação. Principalmente soja, milho, cana, algodão e pecuária extensiva, cujas áreas só aumentam. Enquanto que as áreas destinadas para produção de alimentos, como de arroz, feijão, mandioca, gado de leite tem diminuindo cada vez mais. Essa é a situação do feijão, que tem 42% de sua produção de pequenos e médios agricultores, mas com cada vez menos políticas de incentivo à produção.

Ao mesmo tempo, há a expansão das fronteiras agrícolas sobre territórios do país, voltadas para mais produção de ***commodities*** para exportação. Avanço que se dá especialmente no

Cerrado, com 178 milhões de hectares registrados como propriedade privada e apenas 7% de sua área protegida, e com os maiores índices de desmatamento no Brasil. Grande parte dessa expansão sobre o território do Matopiba (área de 400 mil km<sup>2</sup> que envolve o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com apenas 10% de área protegida, e 57% dos imóveis rurais nas mãos de grandes proprietários.

Por outro lado, mais de 70% da produção de alimentos do dia a dia vêm de pequenos estabelecimentos rurais de até 200 hectares. O povo do campo, camponeses e pequenos agricultores, que são maioria em relação aos latifundiários, ocupam apenas 29,9% da área total da agricultura do país e produzem a maior parte dos alimentos que a população consome no país.

Apesar disso, as políticas de governo para a agricultura, o campo e florestas sempre foram um "morde e assofra", destinando migalhas e repressão para os pequenos e pobres, enquanto os grandes sempre tiveram mais incentivo e proteção do Estado. Se **no governo FHC houve repressão e ataques diretos ao campo e seus movimentos sociais, os governos do PT também operaram políticas com a centralidade no agro-negócio e na financeirização de commodities, paralisando de vez a Reforma Agrária. Com Temer e Bolsonaro avançou e piorou o que já estava ruim.** As poucas políticas públicas burocratizadas, que excluía os pequenos e precarizados agricultores com dificuldades e sem estrutura para acessar, foram sendo cada vez mais destruídas. Recentemente teve o veto de Bolsonaro ao PL 735/20, como

propostas emergenciais dos movimentos do campo para garantias de produção e acesso a alimentos ao povo nesse momento de crise da pandemia. Ou seja, **o governo Bolsonaro só reafirma o que sempre defendeu: que dele não virá nada para o povo do campo, só violência sobre as comunidades e devastação e expropriação dos bens naturais.**

O revolucionário mexicano Ricardo Flores Magón já chamava a atenção de que as terras devem estar em poder de quem nelas vive e trabalha, e o quanto isso é fundamental para a derrubada do capitalismo. Pois o capital entende que a terra é a "fonte natural de todas as riquezas", utilizando-se dela para extrair os minérios e matérias-primas para a indústria, os grãos para as *commodities*, a madeira, a carne com o gado extensivo de corte, as águas para geração de energia<sup>8</sup>. Por isso **Magón defendia a tomada e expropriação das terras dos grandes fazendeiros pelos camponeses indígenas e para seu uso coletivo em benefício da comunidade, em vez de uma "reforma agrária" que indeniza o proprietário e mantém a lógica da propriedade privada da terra.**

A questão fundiária não se restringe, portanto, à produção de alimentos, mas à luta histórica pelo direito das comunidades viverem nos territórios contra a marcha genocida dos poderosos sobre o campo e as florestas. Nesse sentido, os movimentos sociais defendem a ideia de Soberania alimentar, que seria a população de cada território ter as condições, recursos, técnicas e apoio necessário para ser soberano e protagonista de seu próprio destino para produzir seus próprios alimentos

de acordo com as necessidades locais. E ainda, o direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo a reprodução de sua cultura e acesso dos povos a alimentos variados e nutritivos, de forma independente, coletiva e comunitária. Com base no pensamento do Bem Viver, dos povos originários em convivência com a vida de outros seres e o planeta, das organizações populares de base, afirmando “os direitos dos povos de controlar seus territórios, seus recursos naturais, sua fertilidade, sua reprodução social e a integração entre etnias e povos de acordo com interesses comuns, e não apenas determinados pelo comércio e o lucro”. Afirmando também o protagonismo das mulheres e o combate ao patriarcado presente no modelo colonial, inerente ao modo de produção capitalista<sup>9</sup>.

E a Soberania alimentar só é possível com a organização popular e movimentos sociais fortes e independentes dos vícios burocratas dos partidos. O reformismo e a política de conciliação só trouxeram sofrimento e desmobilização aos movimentos sociais que buscaram ser “parte do governo”, como gestores de políticas públicas. O único caminho é ocupar os espaços sociais, mobilizando o povo na luta por vida digna e poder popular, contra o projeto de morte do capital.

A agroecologia e a agricultura camponesa propõem a produção de alimentos saudáveis, sem veneno, a preço justo e segundo as necessidades dos territórios. Em oposição à lógica de mercado do agronegócio, que mesmo em meio a uma pandemia só busca exportar para garantir seus lucros altíssimos, que não pararam de crescer,

enquanto o povo perece de fome. Por isso **é necessário construir o poder popular a partir dos territórios agroecológicos no campo e na cidade, no cotidiano onde se vive, se trabalha, se produz alimentos e se cuida das sementes tradicionais.**

Notas:

- 1 “O drama do arroz expõe as misérias do Agro”
- 2 Atlas do Agronegócio 2018. p. 28-29
- 3 Idem
- 4 Atlas do Agronegócio 2018. p. 44-45
- 5 “O drama do arroz expõe as misérias do Agro”
- 6 Idem
- 7 Atlas do Agronegócio 2018. p. 14-15
- 8 “A tomar la tierra”. Ricardo Flores Magón. Regeneración, no. 75, 3 de febrero de 1912
- 9 Dicionário de Educação do Campo. p. 714-723

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/09/17/estado-e-capitalismo-tem-fome-o-povo-e-o-devorado/>



## **TERRA PARA QUEM NELA VIVE E PRODUZ:** **contra a violência do capital e do latifúndio**



Nos últimos dias, as famílias do acampamento Tiago dos Santos (vinculado à Liga dos Camponeses Pobres), em Rondônia, sofreram intenso ataque da imprensa corporativa e dos aparatos de repressão do Estado. 600 famílias, incluindo muitas crianças, foram vítimas de sobrevoos de helicóptero e um cerco pela polícia militar que impediu a entrada de alimentos, culminando em um violento despejo no último dia 10 de outubro com bombas, gás lacrimogênio e balas de borracha.

Por mais de 10 anos estas famílias lutavam por terra para produzir e viver, ocupando um latifúndio de mais de 57 mil hectares, cujo grileiro inclusive encontra-se preso sob acusação de ser o maior grileiro de terras de Rondônia (mais de 1 milhão de hectares) e chefe de organização criminoso especializada em grilagem e superfaturamento de terras no estado, contando com envolvimento de empresários, advogados, servidores públicos, inclusive no judiciário federal.

A história do Brasil é manchada de sangue dos/as de baixo pela violência dos poderosos nas florestas e no campo, com um processo de brutal concentração de terras. Um modelo colonial, centro-periferia e agrário exportador que é estrutural de nosso país, que desde a Colônia até hoje vem assassinando indígenas, destruindo quilombos, expulsando camponeses, explorando trabalhadores do campo, destruindo florestas, envenenando o povo e saqueando os bens naturais. E agora o Governo Bolsonaro assume esse legado genocida como uma de suas principais políticas de Estado, beneficiando o agronegócio e o capital financeiro

**“Por mais de 10 anos estas famílias lutavam por terra para produzir e viver, ocupando um latifúndio de mais de 57 mil hectares, cujo grileiro encontra-se preso sob acusação de ser o maior grileiro de terras de Rondônia [...].”**

nacional e internacional. Fazendo uso, mais do que nunca, de instrumentos como o INCRA no ataque e esfacelamento dos movimentos do campo e florestas.

Por isso, toda a solidariedade às famílias camponesas do acampamento Tiago dos Santos, e pela organização e apoio mútuo entre os movimentos,

territórios e povos. **Em mais um ano eleitoral, tal violência do Estado e do capital só reforça que o caminho para a emancipação do povo não é, e nunca foi, pelas urnas e parlamento.** Ceder a alianças estratégicas com partidos e governos só tem como resultado a desmobilização do povo e mais sofrimento para os/as de baixo. Diante disso, o que deve existir é a convicção de que a construção do poder popular só virá com uma aliança indígena, preta, camponesa e popular na organização da luta para viver e produzir nos territórios.

**Coordenação Anarquista Brasileira**

**Outubro de 2020**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/10/16/terra-para-quem-nela-vive-e-produz-contr-a-violencia-do-capital-e-do-latifundio/>

# PELO DIREITO À TERRA DOS POVOS ORIGINÁRIOS MARCO TEMPORAL É GENOCÍDIO!

**“O único prazo de validade é a memória”**

Dia 28 de outubro de 2020 é marcado pelo julgamento de uma ação que percorre o Supremo Tribunal Federal de enorme impacto aos povos originários no Brasil.

É o dia previsto para o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, pedido de reintegração de posse movido pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina contra a Fundação Nacional do Índio e o povo Xokleng. Sabemos que não é a primeira vez que a tese do marco temporal é levada ao STF. Pelo contrário, **por ser uma tese colonialista que busca restringir ao máximo o acesso**

**dos povos originários às terras demarcadas**, essa tese avança periodicamente sob patrocínio dos ruralistas e do agronegócio desde a promulgação da Constituição, a mesma que garante a proteção desses territórios.

O recurso que será analisado dia 28 reivindica uma terra que é parte do território Xokleng Ibirama Laklãnõ, localizado no estado de Santa Catarina. Essa área é reivindicada pelos Xokleng, identificada pelos estudos antropológicos da FUNAI e declarada pelo Ministério da Justiça como parte do território tradicional.

Porém, como sabemos, a Constituição Federal não garantiu tranquilidade pra vivência dos originários. No caso dos

Xokleng, desde 2003 ações impedem que a Terra Indígena seja criada e os ruralistas pressionam o Supremo Tribunal Federal para barrar esse direito. **E a grande tese defendida para burlar o direito constitucional aos indígenas é o Marco Temporal.**

Isso porque a terra em questão não era ocupada pelo povo Xokleng em 1988, ano da primeira Constituição Federal que garantiu direito à terra aos originários. Os Xokleng são sobreviventes do covarde e brutal processo de invasão do sul do Brasil, iniciado no século passado e que quase exterminou a etnia. Os sobreviventes das brutalidades foram expulsos em 1914 e confinados em uma área prevista pelos colonos que não interferia na expansão colonial no vale do rio Itajaí, além disso tiveram seus territórios completamente impactados na construção da Barragem Norte.

Dessa forma, o Marco Temporal é uma interpretação que restringe o alcance do direito à demarcação das terras indígenas, pois vincula este direito à presença física das comunidades e povos indígenas na terra a partir de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal do país. Mas antes de 1988, as terras ditas "brasileiras" tinham a presença dos povos indígenas, expulsos na tentativa violenta da integração, fazendo com que grande parte das terras ocupadas pelos povos fossem tomadas deles, diminuídas em proporções, desmatadas, ocupadas por brancos ou intituladas como unidades de conservação. Muitas territorialidades e modos de vida foram perdidos ou restringidos pela política da colonização e pelo Estado-nação.

Em 1988 um respiro de vida e existência aos originários foi garantido a partir de sua luta e organização na construção de um movimento indígena forte e articulado que possibilitou direitos constitucionais. O documento supostamente respeitado na democracia burguesa, a nova Constituição Federal, suprimiu o entendimento de integração dos povos e considerou a existência dos originários com suas peculiaridades culturais, seu direito à terra e a "certa autonomia". Desde então, retomadas foram possibilitadas a fim de garantir a sobrevivência das etnias, das culturas e territorialidades.

Esse reconhecimento marcou uma vitória de uma contínua luta desses mais de trezentos povos unidos. Assim começa outra fase da luta dos originários, a luta pelo cumprimento pelo Estado dos direitos constitucionais.

**O Marco Temporal é uma tese elaborada pelos ruralistas atrelados ao Estado que busca negar garantias já conquistadas.** Em sua ganância, ruralistas e o agronegócio, com apoio de Bolsonaro, querem poder lucrar com as terras onde vivem estas comunidades, derrubar as florestas, avançar as fronteiras agrícolas com monocultivos de exportação, lucrar com a especulação de terras e explorar os bens naturais, gerando destruição das florestas, da biodiversidade e a expulsão destas comunidades dos territórios. **Abre portas para a legitimação e aumento do paramilitarismo e das violências contra os povos historicamente atacados, ou seja, o Marco Temporal é genocídio.**

Dia 11 de abril de 2020 o plenário do Supremo Tribunal Federal reconhe-

ceu por unanimidade a repercussão geral do julgamento da Terra Ibirama Laklãnõ do povo Xokleng para fixar uma tese e servir de referência a todas as terras indígenas no Brasil. Ou seja, no dia 28 de outubro precisamos do reconhecimento ao direito à terra do povo Xokleng, para assim **derrubar a tese do Marco Temporal** e avançar no processo de homologação de todas as terras indígenas no Brasil.

Caso a decisão não seja favorável e o Estado negue o direito constitucional e fortaleça a tese do Marco Temporal, viveremos um enorme aumento dos conflitos no campo e nas florestas, mais guerra, mais sangue. É preciso lutar contra essa lógica colonial, estruturante da realidade social brasileira, reforçada hoje nas políticas de morte do ultraliberalismo aplicadas através do agronegócio.

**A Coordenação Anarquista Brasileira está com os povos originários em solidariedade na luta pelo direito às terras, contra o marco temporal e toda negação de direitos historicamente conquistados pelos povos da floresta.** A história desses povos não começa em 1988 e é a força desses povos que amplia as noções da construção de um mundo onde caibam muitos mundos.

**Pela soberania dos territórios e contra o Marco Temporal!**

**Coordenação Anarquista Brasileira  
Outubro de 2020**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/10/22/marco-temporal-e-genocidio/>



"O ÚNICO PRAZO DE VALIDADE É A MEMÓRIA"

**MARCO TEMPORAL É GENOCÍDIO!  
PELO DIREITO À TERRA AOS  
POVOS ORIGINÁRIOS!**

A HISTÓRIA DOS ORIGINÁRIOS NÃO COMEÇA EM 1988.

**CAB**  
COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA

cabanarquista.org

A cada dia, os números da pandemia se multiplicam por todo o mundo, onde a grande maioria dos países já tem casos confirmados. Segundo a Unesco, cerca de 80% de todas as estudantes do mundo estão com as aulas suspensas nos níveis básico e superior, totalizando mais de 1,3 bilhões de pessoas (<https://bit.ly/unesco2403>).

Aqui no Brasil, Bolsonaro discursa contra as medidas individuais fundamentais, como buscar o isolamento social e as rotinas de higiene porque não tem nenhuma preocupação com nossas vidas, apenas com o lucro dos bancos e dos patrões. Além de defender essas recomendações de saúde, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) já ressaltou a necessidade de derrubar o Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) e o não pagamento da dívida pública para investir diretamente no SUS; a incorporação da rede hospitalar privada pelo SUS; e a garantia de um salário mínimo universal e a suspensão das contas e alugueis para permitir o isolamento das trabalhadoras precarizadas (<https://anarquismo.noblogs.org/?p=1261>).

**Enquanto estudantes do povo, organizadas/os na CAB e atuantes no movimento estudantil em universidades públicas e particulares de diferentes regiões do país, propomos algumas linhas de atuação para as lutas estudantis nas próximas semanas.**

## A LUTA ESTUDANTIL ANARQUISTA FRENTE À PANDEMIA



**1. Suspensão de todas as aulas, incluindo o Ensino à Distância (EAD).** Embora a maioria das federais já esteja apontando pela suspensão de todas as aulas, incluindo o EAD, a situação ainda está mais incerta em muitas estaduais e, principalmente, na rede particular. Ressaltamos que muitas estudantes estão sem acesso à internet, com incerteza sobre suas condições financeiras ou diretamente vinculadas ao cuidado de amigas e familiares em situação de risco. Manter as aulas neste cenário é penalizar as estudantes mais pobres e em situação fragilizada! **Sabemos que a migração repentina para aulas online significa a precarização das condições de trabalho docente e da qualidade do processo educacional** (<http://reporterpopular.com.br/educacaobasicapresente/>), motivo pelo qual sindicatos docentes também têm se oposto à medida (<https://bit.ly/eadandes>). Além disso, vivemos sob a pressão constante da diminuição de investimentos na educação para aumentar os lucros do

grande empresariado do setor, que quer derrubar os limites previstos em nossas políticas educacionais e enfiar o EAD goela abaixo. Por isso, resistiremos contra essas medidas!

**2. Suspensão de cobranças nas universidades particulares.** A maior parte das estudantes do Brasil estão na rede privada e proporcionalmente ainda são as estudantes mais pobres. É fundamental a suspensão das aulas, incluindo EAD, mas igualmente suspender as mensalidades. Se não temos aulas, não podemos pagar! Além disso, lutamos por manter as políticas de permanência e pela liberdade de trancamentos e cancelamentos dos cursos e disciplina sem multas ou encargos.

**3. Garantir o máximo de isolamento social para estudantes, servidoras e terceirizadas.** Sejam universidades ou escolas, seja na rede pública ou privada, a situação é a mesma. Temos que garantir o direito de trabalhadoras e estudantes em manter o isolamento social. Isso exige que o movimento estudantil se solidarize à luta pela manutenção dos salários e contra o trabalho presencial de todas, em especial das trabalhadoras terceirizadas na limpeza, segurança, recepção, etc., sempre as primeiras a receber os ataques.

**4. Condições de trabalho e segurança para trabalhadoras e residentes na Saúde.** A exceção ao ponto acima são todas aquelas trabalhadoras de nossos Hospitais Universitários e nossas residentes em outros

hospitais, maternidades, postinhos, etc. A participação das universidades públicas junto ao SUS é, talvez, o ponto em que sua importância aparece mais explicitamente para o povo brasileiro. No entanto, neste momento, muitas trabalhadoras e residentes estão no atendimento sem condições mínimas e equipamento de segurança sanitária. É fundamental lutarmos por essas garantias junto aos Governos Federal, Estaduais e também às Reitorias.

**5. Condições de permanência real para as estudantes.** Estamos sem Restaurante Universitário (RU) e, em muitos casos, em condições precárias e arriscadas nas Moradias Estudantis. A luta urgente é por políticas suplementares de permanência que possam garantir a moradia digna e recursos suficientes para nossa alimentação, através de novos editais, políticas emergenciais, distribuição dos alimentos que estão nos RUs, etc. A pandemia não pode servir como desculpa para expulsar as estudantes pobres das universidades!

**6. Colocar as escolas e universidades a serviço da coletividade.** Em nossas instituições educacionais, temos muita estrutura física construída que pode ser recurso valioso para enfrentar a pandemia. O primeiro passo é nos colocar à disposição como local para quarentena e isolamento de doentes, grupo de risco e todas aquelas pessoas sem moradia. As instituições também podem atuar como centros de triagem, pontos de distribuição de doações, etc. No caso das universidades, temos centenas de laboratórios

com recursos para ajudar com testes para o Covid-19, para teleatendimento, para produzir equipamentos e insumos químicos hospitalares, capacidade de produzir infraestrutura tecnológica para analisar dados e gerir recursos, etc. É hora de colocar nossa capacidade científica à disposição do combate à doença, cujas piores impactos serão no povo mais pobre!

## **7. Defender as bolsas de pós-graduação e o trabalho das estudantes-pesquisadoras.**

No Brasil, quase toda a produção científica é feita nas universidades públicas e a maior parte dela passa pela mão das estudantes de pós-graduação. Papel fundamental que não recebe reconhecimento minimamente adequado, pois não há salário nem direitos trabalhistas e previdenciários – e **as bolsas, que não atendem nem metade das estudantes, estão há sete anos sem reajuste!** No último mês, a CAPES implementou sem diálogo novos critérios para a distribuição das bolsas de tal forma que estão sendo cortadas mais milhares de bolsas por todo o país – em meio à pandemia que nos impede de sair de casa! É urgente pressionar o MEC e a CAPES para revogar essas medidas, sob o risco de jogarmos mais milhares de pessoas na ameaça de fome e desespero que já faz parte da pandemia.

## **8. Organização estudantil e ajuda mútua contra a pandemia, Bolsonaro e todos os de cima.**

Nossos esforços, neste momento, possuem duas direções complementares. Por um lado, temos que estar organizadas através dos Centros Acadêmicos,

diretórios, coletivos estudantis e entidades acadêmicas para formular e disseminar reivindicações aos governos e patrões, a partir das linhas sugeridas acima e das demandas concretas que surgirem. Ao mesmo tempo, cada espaço de organização e luta também deve se transformar em um ponto de ajuda mútua entre nós para garantirmos nossa sobrevivência e vida digna. Por todo o país, já se organizam grupos estudantis para arrecadar dinheiro, doações de alimentos, produtos de limpeza, acolhimento e cuidado psicológico, troca de informações, etc. Esse é um importante princípio anarquista que queremos manter vivo nas lutas estudantis hoje: em meio à luta, construímos também novos valores e as sementes de um mundo socialista e libertário.

**GUERRA AOS DE CIMA, MAS  
TAMBÉM BRAÇOS DADOS  
ENTRE NOSSAS IRMÃS E  
IRMÃOS DAS CLASSES  
OPRIMIDAS!**

**A EDUCAÇÃO DO POVO NÃO  
SE VENDE, SE DEFENDE!**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/03/29/a-luta-estudantil-anarquista-frente-a-pandemia/>

# DIA DAS PROFESSORAS E PROFESSORES

## a melhor homenagem é a luta!

O dia 15 de outubro é conhecido nacionalmente como o dia das e dos professores. **Mas o que temos a comemorar nesta data?**

A categoria docente, de Norte a Sul do país, vem sendo alvo de duros ataques tanto no plano discursivo quanto no plano material – com retirada de direitos, substituição de concursos públicos por contratos temporários, assédio moral, desmoralização, falta de participação em decisões que afetam diretamente seu trabalho, entre outras coisas. Quando protestam contra essa situação, na maioria das vezes são recebidos com bombas, balas de borracha, spray de pimenta e cassetetes, pelo braço armado do Estado.

Esses ataques têm se aprofundado diante da crise sanitária, em que os de cima impõem às e aos professores duas alternativas igualmente ruins: adequar-se a um regime de trabalho remoto, que já se demonstrou ineficaz em proporcionar condições dignas de ensino-aprendizagem, e o retorno às aulas presenciais, que coloca em risco a vida de toda a comunidade escolar: professoras/es, funcionárias/os, estudantes e suas famílias.

Do nível básico ao superior, no ensino público e privado, as e os professores foram obrigadas/os a se adaptar a um **ensino remoto precário e improvisado**, implantado, na maioria dos casos, sem o consentimento das comunidades escolares e acadêmicas

e **sem levar em conta as condições inadequadas de trabalho e de estudo que são a realidade de muitas casas de professoras/es e estudantes precarizadas/os**. Na realidade, o chamado ensino remoto é algo ainda mais precário que a já precária educação à distância, a ponto de algumas entidades e movimentos populares usarem a expressão “interação remota” ao invés de ensino remoto, já que é impossível realizar um trabalho digno de educação com tais ferramentas precarizadas.

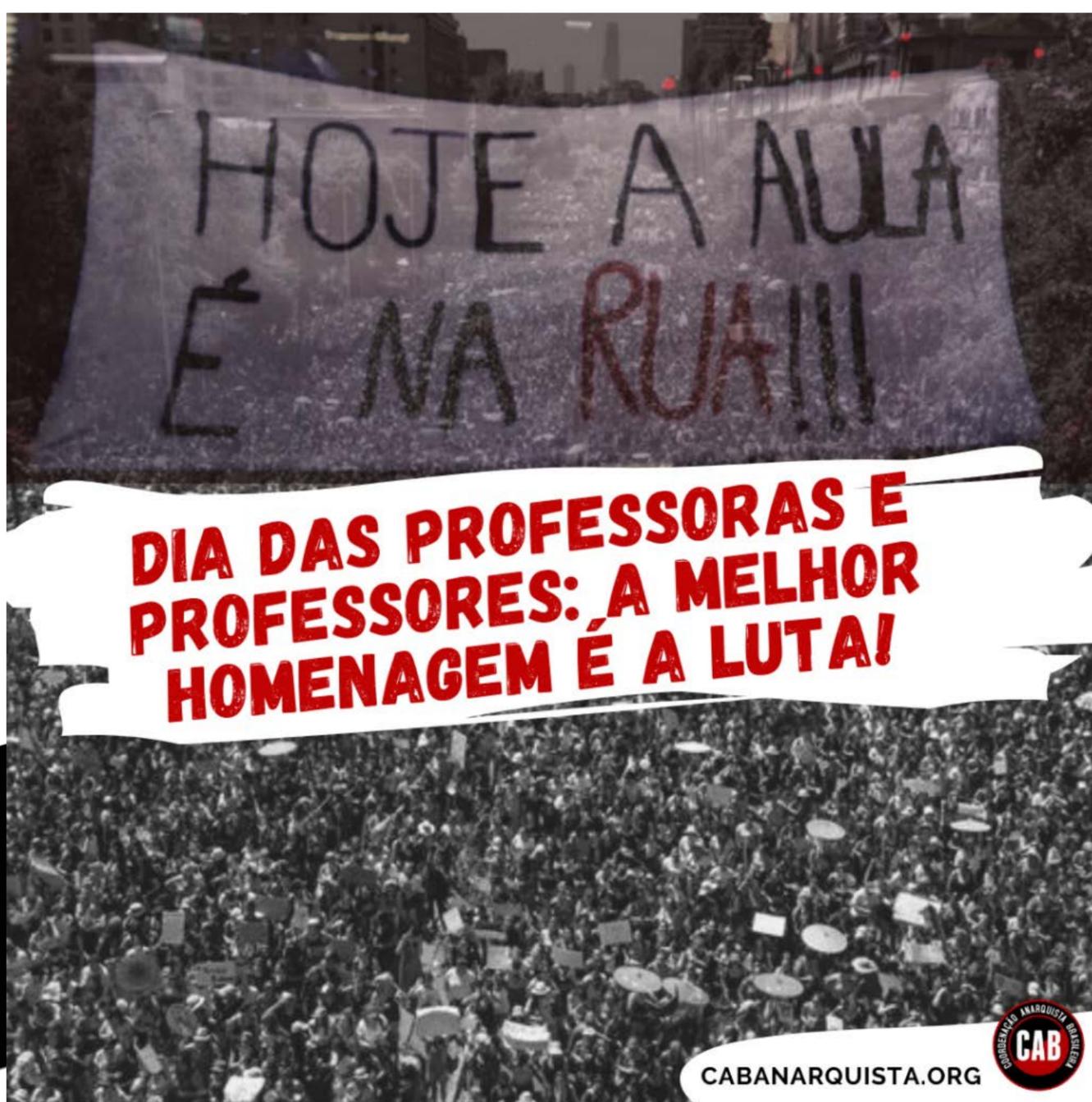
Algumas das consequências do regime de trabalho remoto têm sido não conseguir sanar de forma adequada as dificuldades de aprendizado enfrentadas pelas/os estudantes ou mesmo saber que parte delas/es não está conseguindo acompanhar o desenvolvimento da disciplina por impossibilidade de acesso. Além disso, **o trabalho remoto passou a significar, para muitas e muitos professores, trabalho em tempo integral e prejuízo para sua saúde mental, o que agrava o já alarmante adoecimento da categoria**.

É importante ressaltar que as plataformas dessa interação remota são produzidas por empresas privadas ou grandes conglomerados da educação e da tecnologia que possuem objetivos de captar dados de milhões de discentes e docentes, assim como trabalham para a mercantilização e privatização

da educação. Os relatos frequentes das e dos professores atestam que as plataformas não servem para a realidade precária da classe trabalhadora brasileira.

O Ensino à Distância (EaD), para além dos objetivos já amplamente discutidos de precarização e privatização da educação, também aprofunda os ataques à categoria docente: o EaD possibilita um maior número de alunos por turma e, conseqüentemente, um menor número de professores contratados. Exemplos disso foram os inúmeros casos de

a função de capacitar professoras e professores (com o menor custo possível) para a tarefa de formar as e os profissionais precarizados do futuro. Para isso, **nada melhor do que oferecer às e aos futuros docentes uma educação mais aligeirada e de menor qualidade, em que não haja estímulo ao pensamento crítico, mas sim à reprodução de um sistema que também os explora.** Por isso, o EaD também cumpre com o objetivo de despolitização e desmobilização da categoria docente.



demissão em massa de professoras e professores de faculdades privadas durante a pandemia, o que tende a se aprofundar com a já anunciada redução das graduações presenciais<sup>1</sup> pelos oligopólios do ensino superior privado. Cabe destacar que um dos principais alvos do EaD é justamente a formação docente, ou seja, os cursos de Pedagogia e Licenciatura, que cumprem

Para além dos ataques já mencionados, as e os docentes também enfrentam ataques no plano discursivo e ideológico produzidos desde o campo neoliberal até o campo conservador, que se aliam na tentativa de transformar as e os educadores em meros instrutores, que devem se limitar a repassar conteúdos exigidos pelo mercado de trabalho. Ainda que estejam localizados no

plano discursivo, esses ataques também geram implicações na formulação de políticas públicas voltadas para a educação. Produz-se um certo tipo de subjetividade entre docentes e estudantes que esvazia o sentido crítico e integral da educação e coloca o tema do ensino como parte de uma discussão “técnica” e não política, social, pedagógica.

De um lado, o Banco Mundial, por meio do relatório *“Um Ajuste Justo: Uma Análise da Eficiência e da Equidade do Gasto Público no Brasil”*<sup>2</sup>, atribui os problemas da educação brasileira a uma “baixa qualidade dos professores”: o desprestígio da profissão estaria relacionado à falta de requisitos para ingressar em cursos de licenciatura e para contratar professores e não à falta de investimentos nas redes de ensino e na formação docente inicial e continuada, com melhorias nos planos de carreira e salários.

No relatório, o grupo responsabiliza as e os docentes pelo baixo desempenho das escolas em avaliações de larga escala e pelos altos índices de reprovação e evasão entre as e os estudantes. Segundo eles, questões como a necessidade que as e os jovens se responsabilizem cada vez mais cedo pelo sustento ou pelo cuidado da casa não são determinantes para justificar estes números, mas sim questões como a baixa razão aluno-professor (ou seja, o número de alunos por turma deveria ser elevado), a baixa produtividade dos professores (que deveriam dedicar mais tempo a atividades em sala de aula, reduzindo a hora-atividade), o número excessivo de professores (que seria resolvido com contratos mais

seletivos e menos estáveis e não respondendo professores que se aposentarem com novos concursos). Além disso, o Banco Mundial vê com maus olhos os “generosos” planos previdenciários dos professores e a progressão de carreira que os possibilita ganhar mais que o defasado piso salarial: a defesa do Banco Mundial é que a remuneração docente esteja vinculada ao desempenho das escolas, o que incentiva conflitos entre a categoria.

Lembramos que o Banco Mundial é um dos principais entes privados que se articulam em redes com o objetivo de tencionar a formulação de políticas públicas segundo seus interesses e, portanto, possui influência no gerenciamento da educação brasileira. A própria Lei 13.415/17 que reformou (ou melhor, deformou) o Ensino Médio e a formulação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) são exemplos de políticas educacionais gestadas no campo empresarial – que, inclusive, passaram a permitir que parte da carga horária do Ensino Médio (sobretudo na modalidade EJA) possa ser realizada à distância, abarcando atividades consideradas como “trabalho supervisionado”.

Por outro lado, grupos apoiadores do Escola Sem Partido e seus representantes no Congresso Nacional e nas Casas Legislativas estaduais e municipais promovem uma desmoralização da categoria docente, atribuindo às e aos professores o papel de corruptores em potencial, seja promovendo “doutrinação comunista” ou propagando a chamada “ideologia de gênero” entre as e os jovens. Esses grupos conservadores defendem que as e os professores devem ser permanentemente vigiados,

controlados e punidos e reduzem o fazer docente a uma mera reprodução de conteúdo entendidos como neutros e objetivos.

Por trás da ideia de uma educação “neutra”, no entanto, reside uma educação que naturaliza e reproduz a ordem vigente, que é incapaz de intervir no mundo e que, portanto, é cúmplice das injustiças e violências que nele ocorrem. **Nós, por outro lado, defendemos as potencialidades da educação enquanto ferramenta de leitura e intervenção na realidade, disseminadora do desejo de transformá-la e de pôr fim definitivo a toda forma de dominação.**

Ao criminalizar toda teoria e prática pedagógica que visa colaborar para que as e os estudantes construam suas próprias visões de mundo de forma crítica e autônoma, esses projetos



cerceiam a liberdade de cátedra e, por isso, ficaram conhecidos como “leis da mordaca”.

Mesmo que ainda hoje não tenhamos uma legislação a nível nacional que coloque os objetivos de censura aos docentes do Escola Sem Partido em prática, não são raros os discursos advindos de figuras públicas que incentivam a denúncia contra professoras e professores apontados como “doutrinadores”, que têm que conviver com o constante medo de sofrer assédios de estudantes e familiares por simplesmente cumprirem com a sua função de educadoras/es. Essa situação leva à **autocensura e contribui com o adoecimento da categoria**, além de tender a se agravar com a virtualização do ensino – que amplia as possibilidades de monitoramento e controle do trabalho docente. **Conservadorismo e neoliberalismo, portanto, se complementam nesse duplo ataque sofrido pela educação.** Enquanto o primeiro grupo persegue os educadores no campo ideológico, o segundo atua

principalmente pra esvaziar e precarizar a já tão sofrida educação.

Como apontamos, os desafios impostos às e aos trabalhadoras da educação são enormes, o que exige respostas à altura. Felizmente, não nos faltam exemplos de históricas mobilizações no campo da educação que nos apontam o caminho para as vitórias que almejamos: **não há saída fora da luta coletiva, construída desde a base e unindo professoras/es e estudantes na defesa de uma educação para o povo.** É necessário fortalecer as assembleias das entidades sindicais e estudantis da educação pública e privada para construir uma saída que vá além dos marcos da disputa jurídica, mas faça com que um amplo movimento de resistência e luta popular em defesa da educação tome conta do nosso país.

Por isso, a Coordenação Anarquista Brasileira entende que a melhor homenagem às professoras e professores é somar-se nesta luta.

Apenas construindo ferramentas de organização que rompam com a desmobilização e a burocratização e que impulsionem as lutas autônomas e combativas que a conjuntura exige nós conseguiremos acumular força social suficiente para alterar a atual correlação de forças dentro e fora do campo da educação.

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/10/15/dia-das-professoras-e-professores-a-melhor-homenagem-e-a-luta/>

**PROFESSORA E  
PROFESSOR  
LUTANDO  
TAMBÉM  
ESTÁ  
EDUCANDO!  
CONSTRUIR  
DESDE BAIXO A  
RESISTÊNCIA!**

Notas:

1. Cogna Educação, maior empresa de ensino privado do Brasil, anuncia corte em cursos presenciais de graduação. <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/08/24/cogna-vai-reduzir-graduacao-presencial.ghtml>
2. O relatório "Um Ajuste Justo: Uma Análise da Eficiência e da Equidade do Gasto Público no Brasil", de 2017, é resultado de um estudo encomendado em 2015 pelo ex-ministro da Fazenda do governo Dilma, Joaquim Levy, cujo objetivo era indicar alternativas para reduzir o déficit fiscal brasileiro através do corte de gastos públicos. <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>



## A "GRANADA NO BOLSO DOS SERVIDORES PÚBLICOS": A REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO BOLSONARO

O ataque aos trabalhadores é sempre uma constante entre os que ocupam a governança estatal. Independente do governo da vez, aprofundar a exploração dos e das trabalhadores/as como um todo e sucatear o serviço público que colabora com a vida minimamente digna do povo em prol do lucro e da burguesia é a triste realidade. A proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro é o mais novo e duro golpe contra os trabalhadores do serviço público.

O projeto é um abismo de maldades. Entre os principais pontos estão:

### CONGELAMENTO DOS CONCURSOS PÚBLICOS

O concurso público foi a estratégia utilizada pelo povo em luta para retirar os cabides de emprego das mãos dos políticos. A seleção através do concurso é garantia mínima de que o funcionalismo não seria mais um joguete na mão dos poderosos. Se hoje vemos longas filas nos postos de atendimento, lentidão na resolução de processos,

superlotação em escolas e hospitais isso se dá pela ausência de mão-de-obra para o atendimento ao povo. A realização de novos concursos proporciona melhor funcionamento dos serviços, principalmente os essenciais. **Precisamos de mais concursos!**

### FIM DA ESTABILIDADE

Na mesma lógica de garantia, a estabilidade foi conquistada para que as perseguições no trabalho fossem coibidas. Não só isso! Garantir a estabilidade é garantir a possibilidade de trabalhadores bem formados dado sua permanência no serviço. **É a garantia de poder defender os direitos conquistados e de lutar para conquistar tantos outros que ainda nos falta.** É a possibilidade de planejar a vida e não viver na corda bamba!

Além do mais, é uma grande mentira que maus servidores não possam ser demitidos. Pode-se instaurar, no caso de suspeita de má conduta, Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Administrativa. Nos últimos 5 anos foram mais de 4000 exonerados. Reivindicamos a estabilidade a todos e todas as trabalhadoras, dentro e fora do serviço público!

### FIM DOS PLANOS DE CARREIRA

Não abrimos mão de trabalhar e nem de sermos valorizados por isso. Ter aumento de salário pelo tempo de serviço dedicado e pelo aprofundamento do conhecimento é justo e estimulante. É respeito e reconhecimento!

## **FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO**

Ao mesmo tempo que busca, pelas medidas acima, precarizar a vida dos trabalhadores do serviço público, Bolsonaro, encastela e protege os mais ricos. Sem nenhuma vergonha, anuncia e quer transformar em lei a possibilidade de tratar os mais ricos e os mais pobres dentro do serviço público por regras diferentes. Corta direitos para os mais pobres mas garante para os verdadeiros privilegiados do alto escalão do Estado. **A alta casta do judiciário e das forças armadas manterão todos os seus privilégios.** No fundo sentem falta da casa-grande e da senzala!

## **POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS POR DECRETO**

**A possibilidade de extinção de órgãos por decreto, dá poderes quase ditatoriais ao presidente da república,** que poderá extinguir ministérios, fundações e autarquias sem autorização do congresso.

**A Coordenação Anarquista Brasileira nega o Estado, mas respeita, estimula e participa das conquistas dos trabalhadores.** Os direitos existentes na Constituição Federal não são benesses dadas por qualquer governo, nem tampouco privilégios de uns ou outros. São frutos da luta das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público. São fruto das lutas do povo pobre por acesso à saúde, à educação, à justiça para garantir uma VIDA DIGNA!

A granada posta no bolso do funcionalismo explodirá no colo do governo.

Precarizar o serviço público é atacar a todo o povo.

**Não à Reforma Administrativa!**

**Fora Bolsonaro e Mourão e Guedes!**

**Por um Povo Forte!**

**Pela Revolução Social!**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<http://cabanarquista.org/2020/09/09/a-granada-no-bolso-dos-servidores-publicos-a-reforma-administrativa-do-governo-bolsonaro/>



# 1º DE MAIO TOMAR AS FORTUNAS POR UMA VIDA DIGNA

Neste 1º de maio, temos pouco a comemorar. De um lado, o corte nos direitos trabalhistas, o aumento no custo de vida e a constante precarização dos serviços públicos. De outro lado, a pandemia do coronavírus e toda a dificuldade que nós, trabalhadores e trabalhadoras, passamos para preservar nossa saúde e garantir nosso sustento.

**Quem depende do sistema de saúde pública se não nós, os e as de baixo? E quem sofrerá mais com o colapso generalizado da saúde pública, de norte a sul do país?**

Neste contexto de pandemia, o sucateamento do SUS, associado a condições de trabalho precárias dos profissionais da saúde e de milhares de trabalhadores/as informais e autônomos, forma uma combinação criminosa que será a responsável por um cenário de ainda mais miséria e morte.

Em uma data forjada no calor da luta da classe trabalhadora, símbolo da vitória que foi a consolidação da jornada de 8 horas de trabalho diário, hoje somos obrigados a assistir às centrais sindicais brasileiras (aquelas mesmas que se consideram no direito de representar a classe e negociam às custas dos direitos das e dos trabalhadores) transformarem o luto e a luta em palanque político eleitoral. Seria patética, se não fosse trágica, **a traição que CUT, CTB e demais centrais cometem**

**ao chamar para discursar figuras como Rodrigo Maia, João Dória, David Alcolumbre, Fernando Henrique Cardoso e Dias Toffoli.** Inimigos declarados das e dos de baixo, esses senhores foram e são responsáveis pelos mais diversos ataques feitos ao nosso povo, ataques esses que só nos trouxeram mais miséria e opressão. Tal desatino também serve para mostrar a incapacidade desses setores da esquerda que acreditam ainda na disputa pelo aparelho de Estado, disputa essa que os leva a cálculos sujos e os obriga a tentar alianças com o que há de mais podre na política profissional.

## **A PANDEMIA E O COLAPSO DO SUS**

A pandemia foi mais um fator que motivou a disputa de poder entre o executivo, legislativo, governadores, prefeitos e a grande mídia. O presidente desrespeitou todas as medidas recomendadas de saúde pública e mirou seu alvo na rede Globo e nos governadores que defendiam o funcionamento apenas de serviços considerados essenciais. Além disso, fez campanha, junto à sua tropa de choque de extrema direita, para voltar ao trabalho, dizendo que a economia não pode parar e que os empregos devem ser preservados. Finge não conhecer os níveis de desemprego elevadíssimos que chegavam, ainda antes da pandemia, a 12% da

população ativa do país (atingindo mais de 12 milhões de pessoas).

No entanto, apesar dessa disputa de poder dos de cima, há muita coisa em comum entre eles, pois ninguém move esforços reais para preservar os empregos e a renda ao mesmo tempo em que se preserva a saúde. Demissões vêm ocorrendo nos estados e municípios que “defendem” a saúde e que incentivam o isolamento social. Assim como não há políticas concretas em socorro aos trabalhadores informais e autônomos que arriscam sua saúde, tendo que sair para trabalhar (como é o caso de trabalhadores de aplicativos) ou que têm visto sua renda diminuir cada vez mais.

Bolsonaro segue sem se importar com o colapso do Sistema de Saúde Pública e suas consequências, que atingem tanto os trabalhadores da saúde como a maioria do povo que acessa esse serviço. Enquanto a doença se alastra

pelo país, são flexibilizadas as medidas de distanciamento social e, por pressão de setores da burguesia associados ao bolsonarismo, diversos governos planejam o retorno à normalidade. Não consideram o aumento das mortes, a subnotificação do contágio e o número de leitos de UTI insuficientes para atender toda a demanda.

Em relação aos profissionais de saúde, a situação também é dramática. Na linha de frente, estão diretamente expostos ao vírus, muitas vezes sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) suficientes, tendo que trabalhar com a falta de recursos, em hospitais superlotados e em regimes de plantão extenuantes. **Neste 1 de Maio, não poderíamos deixar de fazer uma menção especial e estender nossa solidariedade para esses trabalhadores e trabalhadoras da saúde que hoje, mais do que nunca, colocam suas vidas em risco para cuidar da saúde coletiva.**



Não é de hoje o sucateamento da saúde pública e das nossas condições de vida. A pandemia é só mais um fator de agravamento e deixa mais evidente o estrago feito por anos de reformas neoliberais e pela lógica de subfinanciamento do setor. Os gastos com saúde privada são superiores aos gastos com a saúde pública, que deveria ser um direito de todos e todas. Para termos uma noção, os gastos pelas famílias com saúde chegam a 5,3% do PIB, valor superior ao gasto público, que é de 3,9%. E a principal despesa das famílias com saúde são os serviços de saúde privada.

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO E RECESSÃO ECONÔMICA**

Em recente Medida Provisória, ficou estipulada a flexibilização dos contratos de trabalho, que poderão ser suspensos por até três meses, favorecendo os patrões. Isso para aqueles e aquelas trabalhadoras que mantiverem seus empregos. Para esses e para todos aqueles que ainda possuem algum direito trabalhista, nossas análises anteriores já discorreram sobre o cenário de retirada de direitos. Contudo, há um setor expressivo do nosso povo que está acostumado com a precariedade nas relações de trabalho, e que se encontra em uma situação ainda pior.

São cerca de **38 milhões de brasileiros e brasileiras trabalhando na informalidade**. Em conjunto, movimentam aproximadamente 1,12 trilhões de reais, cerca de 17,3% do PIB. E quais as medidas de apoio do governo a essa parcela da população que, ou não pode ficar em casa, ou tem visto suas fontes de renda diminuir consideravelmente? Um irrisório valor de R\$ 600,00. Se já é difícil sobreviver

com um salário mínimo, imagina com um valor bem abaixo. E como ficam a pessoas que não são consideradas pelo Decreto? As que não possuem as ditas "condições" para recebimento do auxílio? Muitas ainda esperam angustiadamente pela mudança do status "em análise" no aplicativo para poder sacar o dinheiro.

**Os efeitos da crise da Covid-19, da crise do petróleo e o aumento vertiginoso do dólar precipitam um cenário que intensifica a precariedade social.** Apesar dos estímulos econômicos, nenhuma dessas medidas é suficiente para barrar a recessão que se avizinha de maneira global.

**Os governos** não possuem nenhum compromisso com as demandas das classes oprimidas. **Seu compromisso é com os de cima, com os banqueiros, grandes empresários, os superricos desse país.** Não à toa, os trilhões em socorro aos dominantes de sempre já estão garantidos. Tanto Bolsonaro quanto Guedes desprezam a vida e só querem que trabalhem para aumentar suas fortunas e lucros, às custas do nosso suor.

## **ENTRE OS DE BAIXO, APOIO MÚTUO. AOS DE CIMA, NOSSO COMBATE**

Há dois níveis de ação simultâneos que entendemos ser de primeira ordem. O primeiro é as ações de apoio mútuo e solidariedade entre os de baixo que, enquanto anarquistas e enquanto trabalhadores e trabalhadoras que somos, incentivamos, mobilizamos e ajudamos a se multiplicar. **O apoio mútuo e a solidariedade de classe fazem parte do DNA da nossa ideologia e corrente**, pois se o sistema toca a

um, toca a todos e todas.

O segundo é ações que devemos levar adiante enquanto classes oprimidas para reivindicar nossas urgências e acumular forças no enfrentamento aos de cima. **Quando dizemos “Os ricos que paguem”, estamos falando de mexer nos lucros, de coletivizar as fortunas, de exigir que os patrões paguem pelas consequências da crise provocada em partes pela pandemia, em partes pelos governos que a alimentam como técnica de controle.** A luta por uma vida digna e por um mundo em que as riquezas sejam melhor distribuídas, em que não existam mais pessoas a morrer de fome, nem sem acesso a condições básicas de vida (como saúde, saneamento básico, trabalho e educação), passa necessariamente pelo confronto contra as classes dominantes.

Que a data de hoje nos traga à memória o exemplo dos nossos mártires de Chicago, que souberam dar suas vidas à causa da emancipação do povo oprimido, e que, tocados por sua lembrança e por seus sentimentos de justiça social, **cerremos nosso punho e arranquemos o fim da miséria daqueles que nos oprimem todos os dias.** É tempo de sermos consequentes, organizar nossa luta e nossa resposta contundente contra aqueles que nos atacam todos os dias.

**À luta, companheirada!**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<http://cabanarquista.org/2020/04/29/1-de-maio-tomar-as-fortunas-por-vida-digna/>



**TOMAR AS  
FORTUNAS  
POR UMA VIDA  
DIGNA!**

**VIVA O 1º DE  
MAIO  
CLASSISTA E  
COMBATIVO!**

**ARRIBA AS Y  
OS QUE LUTAM!**



O LUCRO DOS RICOS  
NOS ADOECE

DEFENDA O SUS



## Opinião do GT Sindical

Enquanto a orientação geral continua sendo paralisar grande parte dos serviços e atividades chamadas de não-essenciais, Bolsonaro segue na contramão com sua política genocida, contribuindo com o número de infectados e de mortos pelo novo coronavírus, que só aumenta. As equipes que trabalham nos serviços essenciais, sobretudo nos hospitais e demais serviços de saúde, prosseguem enfrentando o vírus sem estrutura e medidas de prevenção necessárias.

**Nós da CAB, defendemos que a saúde e a vida das trabalhadoras e trabalhadores são a prioridade máxima.** As categorias que estão compondo a linha de frente no combate ao novo coronavírus devem ter garantidos todos os equipamentos de proteção a fim de diminuir o risco de contaminação pela Covid-19. A garantia da saúde dos profissionais dos serviços essenciais é urgente! Sem essas trabalhadoras e trabalhadores, o vírus avançará. **Exigimos que os governos e patrões garantam todas as medidas necessárias contra a transmissão descontrolada.** A dispensa remunerada de grande parte

das pessoas em atividades não-essenciais também ajuda a proteger os profissionais da saúde, na medida em que diminui a circulação do vírus e reduz a demanda nos hospitais.

É necessário o alerta de que, sem as medidas adequadas, Equipamentos de Proteção Individual; como máscaras, luvas e aventais, médicos/as e enfermeiros/as poderão se tornar também fontes de contágio. Ou seja: tais trabalhadores/as não colocarão apenas a própria saúde em risco, mas a de outras pessoas também. Não há outro jeito: **se as medidas mais urgentes não forem tomadas para garantir a segurança de imediato, os problemas piorarão ainda mais nas próximas semanas.**

Em meio a esse complexo cenário, defendemos a dispensa remunerada de trabalhadores/as dos grupos de risco, incluindo gestantes e lactantes. Uma política de contratações emergenciais para a recomposição desses postos é fundamental. A dispensa é uma medida necessária, pois esses/as trabalhadores/as correm riscos que trazem grande possibilidade de afastá-los de forma definitiva, além de ser mais um

ponto de sobrecarga do sistema de saúde.

As trabalhadoras e trabalhadores da saúde também possuem um papel importante no controle sobre seus locais de serviço. Organizar colegas e as demandas de cada setor, com atualizações constantes e a publicização a pacientes e familiares, para dar mais força às reivindicações frente ao Estado.

Em relação às empresas privadas da área industrial, é necessário o controle popular para que a produção cubra as urgências da saúde pública. A fabricação de máscaras, álcool em gel, luvas, testes de coronavírus e ventiladores para pacientes graves não podem estar a serviço do lucro em uma pandemia. A pesquisa privada também deve estar sob controle popular e concatenada com as pesquisas feitas pelas instituições públicas.

Os hospitais públicos brasileiros, além dos longos anos de sucateamento do SUS (Sistema Único de Saúde), sofrem com o aprofundamento de ataques causados pela Lei do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95), aprovada em 2016, durante o governo Temer. É importante que os movimentos sociais, organizações políticas, sindicatos e a auto-organização das trabalhadoras e trabalhadores da saúde fiscalizem e garantam a distribuição de EPIs e os treinamentos necessários.

**Enquanto o sistema capitalista continuar em pé, nossa luta em defesa de uma vida digna e de um SUS de qualidade será sempre incompleta.** O sistema e sua ânsia de lucro tratarão de achar “oportunidades” para ganhar em cima dos dramas

e dificuldades do nosso povo oprimido. Farão de tudo para precarizar o SUS visando sua privatização. Nossa luta é por demandas básicas agora, mas é também por transformações profundas que abram caminho para uma sociedade socialista e libertária em que a nossa saúde não seja mercadoria.

**Para agora e para depois, a luta deve ser por um SUS verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras!**

**O LUCRO DOS RICOS NOS ADOECE!**

**REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI DO TETO DE GASTOS!**

**POR UMA SAÚDE PÚBLICA DIGNA PARA O POVO!**

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/04/21/o-lucro-dos-ricos-nos-adoece/>

# SOLIDARIEDADE E APOIO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS INFORMAIS

Nos últimos anos nos acostumamos com a instabilidade e o caos produzido pelos profissionais da politicagem. A todo custo, eles querem que nos acostumemos com a precarização das nossas vidas, com a perda do poder compra do dinheiro e com a falta de alternativas. Querem porque querem nos fazer aceitar que quem vai ter que pagar a conta é o povo pobre. Tudo é apresentado como uma simples fatalidade. É como se o país tivesse parado no tempo e todas aquelas políticas que se diziam milagrosas, não tivessem sido impulsionadas para botar o país nos trilhos novamente.

Mas vamos voltar um pouco no tempo e ver onde a "ponte para o futuro" (nome do programa do governo Temer) nos trouxe. Quem não se lembra da "PEC do teto de gastos" (que se tornou a Emenda Constitucional 55)? Da reforma trabalhista? Da reforma da previdência? Não eram essas reformas que iam botar o país nos trilhos? Não era isso o que ia fazer a economia voltar a crescer, criar empregos e voltar a produzir bem-estar para o povo brasileiro? Desde a aprovação da PEC do teto de gastos (que congela o investimento social durante 20 anos), já se passaram quase quatro anos. E o que temos no horizonte não parece nada bom. Na verdade, tudo indica que as coisas só tendem a piorar!

Uma situação como essa criada pelo coronavírus demonstra de forma muito nítida para quem este governo

trabalha. Alguém pode dizer onde os cortes na saúde e educação vão nos ajudar? Imagine se estivéssemos no futuro e os milhões de idosos (grupo que enfrenta as consequências mais graves do coronavírus) que não irão conseguir se aposentar após a reforma tivessem que ficar em casa sem ter de onde tirar o seu sustento? **Eles fizeram uma reforma trabalhista para garantir mais empregos. Os empregos prometidos não vieram, mas de lá pra cá surgiu um exército de gente sem qualquer direito.** Como os profissionais da politicagem vem olhando pra esse povo?

Na sua falta de sensibilidade típica, os profissionais da política propõem que fiquemos todos em casa para evitar que a disseminação do vírus se alastre como fogo morro acima. Mas depois da reforma trabalhista, quem pode ficar em casa, se não os poucos que

**SOLIDARIEDADE E  
APOIO AOS  
TRABALHADORES E  
TRABALHADORAS  
INFORMAIS**



**Ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa da nossa saúde!**

ainda têm carteira assinada e emprego formal? O que os governos propõem para esse milhões de trabalhadores de contrato intermitente, terceirizados, diaristas; informais, autônomos, caminhoneiros, camelôs, enfim, como fica o povão que vive dos resultados do seu trabalho diário? Os milhões de motoristas, entregadores e todos os tipos de trabalhador de aplicativo, que já não tem direito algum? Como é que o governo quer que esse povo fique em casa?

Como fica a situação de quem não tem dinheiro para estocar comida? Como fica a situação de quem tem água, luz, gás, aluguel pra pagar? Qual é a proposta do governo para esse povo? Até agora, muito pouco! E sabe quando haverá algo? Apenas quando aqueles que estão entre correr o risco de ser contaminados trabalhando nesse cenário apocalíptico ou de morrer de fome em casa resolverem se mexer. Não vamos morrer como moscas! Exigimos direitos iguais! Para isso o poder público deve garantir que durante todo o período do confinamento haja:

- 
- **suspensão da cobrança de juros pelo atraso de contas**
  - **proibição do corte de água, luz e qualquer outro serviço mensal**
  - **fornecimento de alimentação para o povo pobre**
  - **interrupção da cobrança de dívidas de quem não tiver condição de trabalhar por conta própria**
  - **distribuição de material para a prevenção da contaminação (álcool em gel, mascaras e tudo o que for necessário)**
  - **contratação emergencial de médicos, enfermeiros e técnicos para garantir assistência para qualquer pessoa**
  - **garantir que todos os leitos existentes estejam a disposição da população**

Quando os de baixo se mexem, os de cima balançam!  
Nossas vozes precisam ser ouvidas! Por direitos iguais para todos e todas! Por vida digna!

---

**Para acesso à publicação em nosso site:**

<https://cabanarquista.org/2020/03/25/solidariedade-e-apoio-aos-trabalhadores-e-trabalhadoras-informais/>

---